

## INTERVENÇÃO - FMI

18 DE JUNHO DE 2014

Três anos depois da assinatura do Programa de Ajustamento Financeiro o país está pior. Apesar de Portugal ter conseguido baixar ligeiramente o défice, este ficou longe das metas definidas no início do programa, a dívida pública cresceu muito mais do que o previsto, a recessão económica foi também muito maior do que se esperava e o desemprego atingiu valores nunca antes alcançados (**ver quadro em anexo**).

Entre 2011 e 2014, o Governo com a aprovação da Troika, tentou a todo o custo baixar o défice. No entanto, os sucessivos pacotes de austeridade, com impactos bastante negativos na vida dos portugueses, revelaram-se pouco eficazes para atingir os objectivos inicialmente previstos. Recorde-se que o objectivo inicial era:

- Passar de um défice público de 9.1% do PIB em 2010, para 3% em 2013 e 2.3% em 2014. Três anos depois, atingiu-se um défice de 4.9% em 2013, com uma previsão actual de 4% em 2014.
- Que a dívida pública, não ultrapassasse um pico de 115,3% do PIB em 2013. A verdade é que se chegou no final do ano passado aos 128,8%, prevendo-se que continue a subir, devendo atingir os 130,2% do PIB, em 2014.

Desde o início do Programa de Ajustamento, com a economia em queda livre e o desemprego a subir a um ritmo recorde, a UGT sempre defendeu que as medidas adoptadas para atingir o equilíbrio orçamental deveriam ser acompanhadas por políticas de incentivo ao crescimento económico e à criação de emprego.

Foi com este objectivo que a UGT assinou, em Janeiro de 2012, o Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, onde procurámos atenuar os efeitos negativos para os trabalhadores das medidas em matéria de legislação laboral impostas pela Troika, e levar à adopção de compromissos em áreas como a Negociação Colectiva, políticas activas de emprego e até de dinamização da actividade económica interna.

O Governo optou por uma política de austeridade caracterizada sobretudo por uma redução dos rendimentos dos portugueses, através de cortes nos salários e pensões, reduções nas prestações sociais, restringindo o acesso às mesmas, e um enorme aumento da carga fiscal.

Estas medidas tiveram um efeito bastante negativo na actividade económica, com a queda do consumo interno, investimento e emprego - principais factores para a arrecadação de receita fiscal.

O mercado de trabalho foi a principal vítima do Programa de Ajustamento Financeiro, com uma destruição acentuada do emprego – só neste período foram destruídos 348.1 mil postos de trabalho - e um aumento galopante do desemprego - passámos de uma taxa de desemprego de 10.8%, em 2010, para 16.2%, em 2013.

O nível de desemprego só não é maior, devido a uma redução da população activa (-4.3%, ou seja, menos 233.2 mil pessoas), reflectindo a vaga de emigração registada nos últimos anos (**ver quadro em anexo**).

Actualmente, o desemprego em Portugal atinge níveis insustentáveis, sendo a situação entre os jovens bastante dramática, que chegaram a atingir os 42.5% no 1º trimestre de 2013. A partir desta altura, a taxa de desemprego jovem tem vindo a diminuir (no 1º trimestre de 2014 era de 36.1%), não por uma resposta adequada por parte do Governo, mas porque muitos dos jovens são recém licenciados que veem a emigração como uma saída, correndo Portugal o risco dos melhores e mais empreendedores irem criar riqueza no estrangeiro e nunca mais voltarem ao País.

Também a duração do desemprego tem vindo a aumentar. No final do 1º trimestre deste ano, 63.6% dos desempregados estavam nesta situação há mais de um ano (no 1º trimestre de 2011 eram 52.9%). A situação é ainda mais preocupante se tivermos em consideração que cerca de 61% do total dos Desempregados de Longa Duração, estão sem emprego há mais de 2 anos (55.6%, em 2011).

Com o aumento da duração do desemprego, o número de desempregados que não têm qualquer protecção social é preocupante. No final do 1º trimestre de 2014, cerca de 52% dos desempregados não recebiam subsídio de desemprego.

Para a UGT, é fundamental que o sistema de protecção social no desemprego seja eficiente e articulado com políticas de apoio à rápida reinserção dos desempregados no mercado de trabalho.

Durante todo o período do Programa de Ajustamento Financeiro, assistimos em Portugal a uma diminuição significativa do nível de protecção social e da despesa social em geral, expondo muitos portugueses a situações inadmissíveis de pobreza e exclusão social.

Os dados mais recentes apontam para um importante agravamento da pobreza em Portugal. Em 2012, a taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, aumentou para 18.7%, ou seja, afectava quase dois milhões de portugueses. A situação seria ainda mais grave se se considerassem os rendimentos de 2009, passando aquela taxa para 22.4%.

Esta é a taxa mais elevada desde 2005 e representa uma subida face aos 17.9% de 2011.

Ao olharmos para a situação perante o mercado de trabalho, podemos concluir que trabalhar não evita a pobreza, já que se registou também um aumento do peso dos trabalhadores em risco de pobreza.

Do mesmo modo, assistimos a um agravamento das desigualdades na distribuição de rendimentos. Em 2012, os 10% mais ricos ganhavam mais 10,7 vezes que os 10% mais pobres, quando esse diferencial era, em 2011, de 10 vezes.

Este alargamento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres deve-se sobretudo às reduções registadas em prestações como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o Complemento de Solidariedade para Idosos, a par da subida do desemprego provocada pela recessão económica.

Em 2013 e 2014, os números serão decerto bem piores com a manutenção dos cortes nos salários e pensões e ainda com o aumento de impostos. Perante este cenário, é inaceitável o corte nos apoios sociais efectuados pelo Governo nestes últimos anos, uma vez que são um instrumento útil na luta contra a pobreza.

Nestes 3 anos de Programa de Ajustamento Financeiro, o Governo trabalhou numa desvalorização salarial dos trabalhadores portugueses, não só no sector público por via dos cortes impostos, mas também no sector privado através do aumento da carga fiscal, sobretudo do IRS.

Entre 2011 e 2014, Portugal foi o 4º país da Europa onde se registou uma maior queda das remunerações reais (-4.4%), com perspectivas de continuar a descer em 2015, sendo acompanhado por outros países sob programas de ajustamento:

- A Grécia, o Chipre e a Irlanda apresentam perdas salariais reais superiores (-18.2%, -13.5% e -5.8%, respectivamente). A Espanha surge logo a seguir a Portugal, com uma quebra de 4% nos salários reais. **(ver quadro em anexo)**.

A quebra de salários só não foi maior, porque, em 2013, o Governo foi obrigado a devolver os subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos, por decisão do Tribunal Constitucional.

Esta tendência reflecte a estratégia seguida pelas autoridades europeias e pelo FMI, que perante a impossibilidade de desvalorização cambial para reconquistar competitividade – que o Euro não permite – optam por desvalorizar os custos laborais.

Sendo o Salário Mínimo nacional (SMN) praticado em Portugal, um dos mais baixos da Zona Euro, não nos parece que uma política de baixos salários aumente a competitividade do país, a qual deve ser conseguida através de um maior investimento em inovação, conhecimento, tecnologia e qualidade do trabalho.

A UGT considera urgente a actualização do SMN em 500€, uma vez que fixação do salário mínimo tem como principal objectivo o de garantir a todos os trabalhadores um nível mínimo de rendimentos, socialmente adequado às suas necessidades e dos seus agregados familiares, ou seja, permitindo ter um nível de vida decente, de acordo com a Carta Social Europeia.

Importa referir, que é a própria OIT, num relatório recente sobre Portugal, a defender a importância do aumento do SMN, não só por questões sociais, como por imperativos económicos, nomeadamente por impacto no consumo das famílias.

Com o país a atravessar uma das suas maiores recessões, o que o Governo fez, durante estes 3 anos, foi uma enorme compressão dos salários, com o objectivo de aumentar a competitividade do país através do aumento das exportações (que ficam mais baratas) e uma diminuição das importações, por via da contracção do consumo interno.

Apesar do Governo se congratular pelo aumento das exportações, a verdade é que os dados revelam que este crescimento abrandou desde o início do Programa de Assistência Financeira. E abrandou de forma muito acentuada.

A taxa de crescimento das exportações passou de 10.2% no final de 2010, para 6.9% no ano seguinte e para 3.2% em 2012, recuperando para 6.1% em 2013, ou seja, nestes 3 anos as exportações tiveram um crescimento médio de 5.4% (quase metade do registado em 2010).

Perante estes dados, podemos concluir que o período do Programa de Ajustamento foi um período de abrandamento das exportações e não o contrário, reforçando a ideia de que o aumento da competitividade pela diminuição dos salários, não é o caminho a seguir.

O crescimento de Portugal deverá assentar tanto na procura externa, como na procura interna. Nem todas as empresas produzem para o mercado externo, pelo que há que ter em conta as duas componentes da procura. A quebra do consumo interno levou ao encerramento de muitas empresas, que ficaram sem mercado para o escoamento dos seus produtos, aumentando brutalmente os números do desemprego.

A consolidação orçamental é inevitável para restabelecer os equilíbrios macroeconómicos de Portugal, porém o actual nível de carga fiscal é insustentável.

No ano passado, os portugueses pagaram a maior factura de sempre de IRS, com o agravamento dos impostos a fazer-se sentir não só pelas alterações dos escalões (reduzidos de oito para cinco, com um agravamento das taxas), mas também pela introdução da sobretaxa de 3,5%. Recorde-se que no ano passado as receitas fiscais com este imposto registaram um aumento de 35.5% face ao ano anterior.

De acordo com os últimos dados, publicados pela OCDE, a carga fiscal em Portugal, foi a que mais subiu em 2013 entre os 34 países da OCDE, tendo em conta os impostos sobre o rendimento mais as contribuições de trabalhadores e empregadores para a Segurança Social, passando de 37.6% do PIB em 2012, para 41.1% em 2013 (**ver quadro em anexo**).

O valor registado em Portugal situa-se bastante acima da média da OCDE, que está nos 35,9%. Portugal surge ao mesmo nível da Eslováquia (em 12º lugar) e praticamente com a mesma percentagem registada na Grécia (41,6%).

A UGT recusa que o Governo pretenda manter ou mesmo agravar os sacrifícios e as medidas de austeridade, continuando a querer ignorar os impactos negativos que tal receita tem tido no bem-estar das pessoas e no desempenho económico do País.

É urgente um alívio da carga fiscal sobre as famílias de forma a incentivar o consumo interno e assim dinamizar a economia, pelo que nos deixa bastante apreensivos, o facto de o Governo anunciar novos aumentos de impostos no próximo ano, como o aumento da TSU e do IVA, com fortes impactos em determinados sectores de actividade, nomeadamente no sector da Restauração.

Todas as mudanças que se fizeram sentir ao longo destes últimos anos, foram levadas a efeito, em grande parte, de forma unilateral e autoritária. Tais alterações passaram por políticas que visaram a desregulação dos salários e da negociação colectiva, a redução de salários e reformas dos funcionários públicos ou ainda o congelamento do salário mínimo, com impactos muito adversos sobre os trabalhadores.

A Negociação Colectiva tem como princípios basilares a autonomia, a boa-fé e a confiança entre os parceiros sociais. São os parceiros que negociam as relações de trabalho num determinado momento, de forma autónoma e independente porque se trata de uma relação que os parceiros conhecem e que lhes é própria.

A Troika chegou a Portugal em Abril de 2011, e desde então o modelo de relações de trabalho existente em Portugal tem estado sobre um ataque sem precedentes e com efeitos devastadores nos resultados do diálogo social bipartido.

Neste período (2011/2014) os resultados caíram acentuadamente ao nível das convenções colectivas negociadas e do número dos trabalhadores abrangidos (**ver quadro em anexo**).

Com as várias alterações ao código do trabalho o Governo não só interferiu a nível legislativo na negociação colectiva, retirando autonomia, como entrou em conflito com os parceiros sociais, anulando ou reduzindo os conteúdos e os valores estabelecidos por eles através da negociação colectiva. O Governo perdeu a confiança junto dos parceiros sociais, mas também instabilizou as relações necessárias à concretização de convenções colectivas de trabalho.

Nos últimos três anos os resultados da negociação colectiva foram tão gravosos que não pode ser estabelecido qualquer cotejo com situações anteriores, ainda que de crise se tratassem.

O programa de assistência terminou no dia 17 de Maio 2014, e olhando para trás, podemos afirmar que no que diz respeito à negociação colectiva, que os resultados foram de tal forma devastadores

que vão ser necessários vários anos para estabelecer a confiança negocial e para que seja reestabelecida a regulação através das relações laborais.

Está à vista de todos os resultados das políticas seguidas nos últimos anos. A austeridade, longe de obter os resultados esperados agravou a recessão, aumentou o desemprego e levou a uma maior dificuldade em reduzir o défice, tornando a situação absolutamente insustentável.

Há cada vez mais pobres. Os salários e as pensões reais diminuem e os impostos pagos pelas pessoas são cada vez maiores. As desigualdades sociais agravam-se. Há uma política deliberada de empobrecimento dos portugueses com efeitos dramáticos na vida das pessoas e das famílias.

Crescem a insegurança no emprego e a incerteza quanto ao futuro. A falta de confiança e de esperança reflecte-se no aumento do número de portugueses que procuram no estrangeiro uma vida melhor.

As medidas impostas nos últimos anos exigiram sacrifícios muito intensos à generalidade dos portugueses e, em particular, aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado, e aos reformados e pensionistas, impondo mesmo sacrifícios extremos a muitos portugueses que hoje se confrontam com situações inadmissíveis de pobreza e de exclusão social.

A UGT considera que chegou o momento de mudar de políticas, pelo que exigimos medidas que promovam em simultâneo um maior crescimento económico, a criação de mais e melhor emprego e uma maior justiça e equidade sociais.

Relembra-se aqui que a disciplina orçamental não é, em si, um objectivo de política, mas antes um instrumento que deve garantir as condições para o desenvolvimento económico e social sustentável do País.

Carlos Silva  
Secretário Geral da UGT

18.06.2014

## ANEXO

**QUADRO 1**

	PIB				DÉFICE PÚBLICO				DÍVIDA PÚBLICA				TAXA DE DESEMPREGO			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
<b>PREVISÕES</b>																
Programa de Ajustamento (Maio 2011)	-2,2	-1,8	1,2	2,5	-5,9	-4,5	-3,0	-2,3	106,4	112,2	115,3	115,0	12,1	13,4	13,3	12,0
DEO 2012-2016 (Abril 2012)		-3,0	0,6	2,0		-4,5	-3,0	-1,8		113,1	115,7	113,4		13,4	13,9*	15,9**
DEO 2013-2017 (Abril 2013)			-2,3	0,6			-5,5	-4,4			122,3	123,7			18,2	18,5
DEO 2014-2018 (Abril 2014)				1,2				-4,0				130,2				15,4
<b>VALOR REGISTRADO</b>	-1,3	-3,2	-1,4	-	-4,4	-6,4	-4,9	-	108,3	123,6	128,8	-	12,7	15,5	16,2	-

\* Previsão após a 3ª avaliação do Programa, em Fevereiro de 2012

\*\* Previsão após a 5ª avaliação do Programa, em Setembro de 2012



## QUADRO 2

	POPULAÇÃO ACTIVA			POPULAÇÃO EMPREGADA			POPULAÇÃO DESEMPREGADA		
	Nº	Variação Homóloga Anual		Nº	Variação Homóloga Anual		Nº	Variação Homóloga Anual	
		%	Nº		%	Nº		%	Nº
1º trimestre 2011	5.448,2	-	-	4.775,0	-	-	673,2	-	-
1º trimestre 2012	5.379,9	-1,3	-68,3	4.583,3	-4,0	-191,7	796,7	18,3	123,5
1º trimestre 2013	5.281,4	-1,8	-98,5	4.354,6	-5,0	-228,7	926,8	16,3	130,1
1º trimestre 2014	5.215,0	-1,3	-66,4	4.426,9	1,7	72,3	788,1	-15,0	-138,7
<b>Total (de 2011 a 2014)</b>		-4,3	-233,2		-7,3	-348,1		19,7	114,9

**QUADRO 3**
**Remunerações Reais por Trabalhador no Total da Economia  
(deflactor do Consumo Privado)**

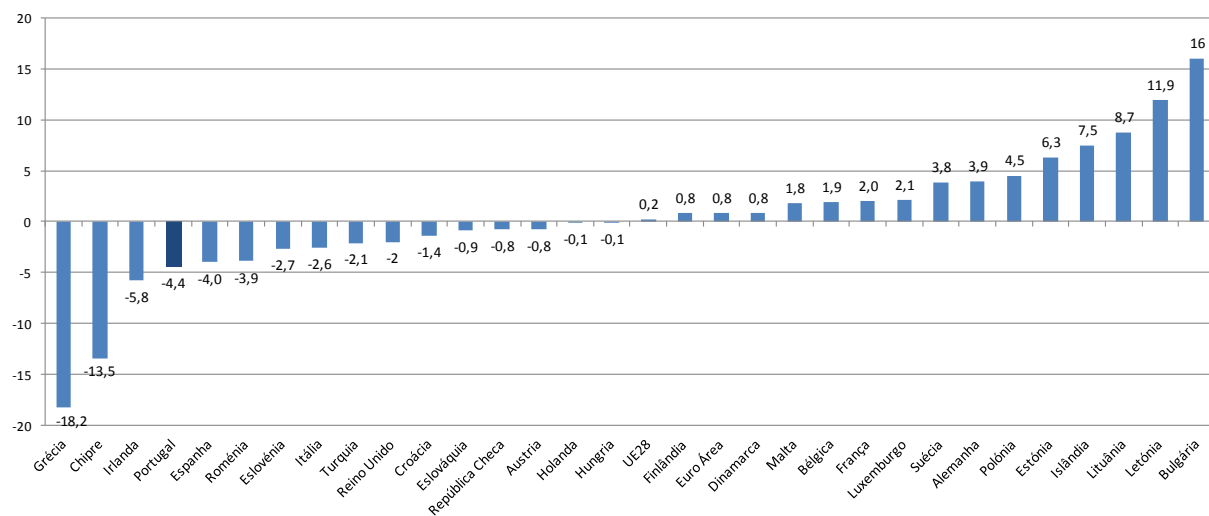
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	%
UE28	2,5	1,8	1,6	1,1	1,2	0,4	0,3	0,5	0,8	0,2	1,7	0,5	-0,6	-0,2	0,3	0,7	0,7	
Euro Área	1,2	0,2	0,2	0,8	0,4	0,2	-0,1	0,3	0,3	0,6	2,3	0,3	-0,3	0,0	0,4	0,7	0,6	
Portugal	2,8	2,7	0,5	0,6	0,5	0,1	1,9	-1,2	0,6	0,5	5,1	0,7	-3,0	-3,4	3,2	-1,2	-0,1	
Alemanha	0,5	1,0	-0,2	0,1	-0,2	-0,8	-1,7	0,0	-0,7	0,4	0,2	0,4	0,9	1,0	0,3	1,7	1,8	
Austria	2,1	0,1	0,3	1,9	0,0	-1,2	0,1	1,7	0,2	1,0	2,1	-0,6	-1,2	0,0	0,0	0,4	0,3	
Bélgica	3,2	-1,4	1,8	2,6	0,5	-0,7	-0,9	0,4	0,5	0,3	1,9	-0,6	0,0	1,2	0,9	-0,2	1,0	
Bulgária	10,2	5,6	7,5	1,4	3,4	2,7	2,3	4,0	3,4	8,6	7,8	7,3	2,1	2,2	8,1	3,6	1,7	
Chipre	2,3	2,1	1,5	2,4	3,5	0,3	-0,6	0,8	-0,7	-2,6	1,8	0,4	-0,8	-3,5	-5,6	-3,6	-0,6	
Croácia	3,5	1,1	-3,0	7,3	4,4	2,1	2,1	-0,1	2,7	2,7	-2,2	0,3	0,5	-0,2	-1,5	-0,2	0,0	
Dinamarca	2,0	0,8	1,8	2,0	2,4	2,1	2,1	1,5	2,3	0,6	0,8	0,3	-0,5	-0,2	0,0	1,5	0,6	
Eslováquia	-2,8	4,6	0,2	5,6	1,5	1,1	6,6	2,6	5,6	2,2	2,4	4,1	-1,8	-0,6	-0,5	2,0	1,2	
Eslovénia	1,9	3,1	3,8	0,7	2,5	4,6	3,7	2,9	2,0	1,7	0,8	2,4	0,0	-2,5	-0,9	0,7	0,4	
Espanha	-0,2	-0,8	0,1	0,5	0,3	-0,7	0,0	0,2	1,5	2,4	5,6	-1,5	-1,1	-2,2	-0,7	0,0	-0,5	
Estónia	4,2	10,4	3,2	7,4	9,9	8,7	6,6	8,4	15,8	1,1	-1,9	-0,1	-4,2	2,2	3,9	4,4	3,6	
Finlândia	0,7	-0,5	2,1	-0,4	3,3	3,3	2,9	1,4	1,4	0,9	0,9	-0,1	-0,3	0,5	0,5	0,1	0,3	
França	2,6	-0,1	0,3	2,1	0,8	1,3	1,2	1,0	0,5	-0,5	2,7	1,3	0,4	0,4	1,0	0,2	0,0	
Grécia	4,1	-1,5	1,0	8,6	2,8	1,2	1,8	-2,0	1,6	1,7	2,8	-6,3	-6,5	-4,6	-5,2	-1,9	-0,3	
Holanda	2,0	1,2	0,9	2,1	1,8	2,5	-0,4	0,3	1,6	2,1	3,0	0,0	-0,8	-0,4	0,1	1,0	0,2	
Hungria	-2,4	3,4	5,6	7,5	5,4	5,0	3,3	1,8	-0,1	1,2	-5,4	-4,2	-0,6	-4,9	2,9	2,5	0,6	
Irlanda	1,8	2,6	3,5	0,0	2,5	3,5	3,8	2,0	2,0	3,2	5,8	-1,7	-1,8	0,3	-3,4	-0,9	-0,4	
Islândia	5,0	3,8	-0,3	3,8	0,7	7,1	6,9	4,4	5,0	-10,8	-15,5	2,7	4,2	1,1	1,2	1,0	1,5	
Itália	0,8	-0,6	0,3	-0,2	0,9	0,7	0,8	0,1	0,0	0,7	1,8	1,3	-1,5	-1,6	0,1	0,4	0,1	
Letónia	3,9	1,0	4,6	5,4	10,6	11,1	9,0	11,4	7,5	3,1	-13,8	-3,3	0,1	4,1	4,9	2,8	2,1	
Lituânia	5,4	4,0	2,6	1,2	6,6	6,4	14,9	16,4	22,9	-0,4	-15,5	5,9	2,1	0,6	3,7	2,3	2,7	
Luxemburgo	1,5	1,3	1,5	2,5	-1,0	0,9	1,7	0,2	1,5	-0,7	1,0	1,3	-0,2	0,4	1,6	0,3	0,7	
Malta	1,6	5,7	2,7	2,8	5,4	-0,3	-1,4	3,3	1,0	0,9	1,3	-1,4	1,2	0,2	-0,2	0,6	0,1	
Polónia	7,2	0,7	6,2	-1,0	1,2	-1,0	-0,4	0,7	2,4	4,4	0,9	5,6	0,2	-0,2	2,1	2,4	2,5	
Reino Unido	3,4	5,2	4,0	2,3	3,0	2,0	0,9	2,2	2,3	-1,6	1,4	-0,8	-1,9	-0,2	-0,1	0,2	0,8	
República Checa	4,1	4,3	4,5	6,4	8,1	4,4	2,9	4,5	3,2	-0,6	-1,4	3,3	1,9	-0,8	-3,0	1,1	0,6	
Roménia	3,5	23,6	15,2	-3,0	10,0	0,9	20,8	7,2	16,5	19,9	-5,4	-10,2	-8,0	0,2	1,5	2,4	1,2	
Suécia	-0,1	6,3	2,1	1,3	1,5	3,2	2,0	0,8	3,8	-1,5	-0,5	1,6	-0,7	1,9	0,5	2,1	1,4	
Turquia	20,2	-6,4	-4,1	-0,5	3,7	5,1	3,1	2,6	5,8	-2,0	-0,3	-1,3	-10,1	3,3	3,7	1,0	1,9	
E.U.A	2,6	3,2	1,1	1,8	2,8	1,3	0,7	1,2	1,2	0,0	1,8	1,1	0,7	0,3	0,5	0,7	1,0	
Japão	-0,4	1,0	0,5	-0,4	-0,8	-0,6	0,3	-0,6	-0,3	0,0	-1,3	2,1	1,4	0,7	0,2	-1,4	-0,7	10

## QUADRO 4

### Remunerações Reais por Trabalhador no Total da Economia

	2011-2014	2011	2012	2013	2014
Grécia	-18,2	-6,5	-4,6	-5,2	-1,9
Chipre	-13,5	-0,8	-3,5	-5,6	-3,6
Irlanda	-5,8	-1,8	0,3	-3,4	-0,9
Portugal	-4,4	-3,0	-3,4	3,2	-1,2
Espanha	-4,0	-1,1	-2,2	-0,7	0,0
Roménia	-3,9	-8,0	0,2	1,5	2,4
Eslovénia	-2,7	0,0	-2,5	-0,9	0,7
Itália	-2,6	-1,5	-1,6	0,1	0,4
Turquia	-2,1	-10,1	3,3	3,7	1,0
Reino Unido	-2	-1,9	-0,2	-0,1	0,2
Croácia	-1,4	0,5	-0,2	-1,5	-0,2
Eslováquia	-0,9	-1,8	-0,6	-0,5	2,0
República Checa	-0,8	1,9	-0,8	-3,0	1,1
Austria	-0,8	-1,2	0,0	0,0	0,4
Holanda	-0,1	-0,8	-0,4	0,1	1,0
Hungria	-0,1	-0,6	-4,9	2,9	2,5
UE28	0,2	-0,6	-0,2	0,3	0,7
Finlândia	0,8	-0,3	0,5	0,5	0,1
Euro Área	0,8	-0,3	0,0	0,4	0,7
Dinamarca	0,8	-0,5	-0,2	0,0	1,5
Malta	1,8	1,2	0,2	-0,2	0,6
Bélgica	1,9	0,0	1,2	0,9	-0,2
França	2,0	0,4	0,4	1,0	0,2
Luxemburgo	2,1	-0,2	0,4	1,6	0,3
Suécia	3,8	-0,7	1,9	0,5	2,1
Alemanha	3,9	0,9	1,0	0,3	1,7
Polónia	4,5	0,2	-0,2	2,1	2,4
Estónia	6,3	-4,2	2,2	3,9	4,4
Islândia	7,5	4,2	1,1	1,2	1,0
Lituânia	8,7	2,1	0,6	3,7	2,3
Letónia	11,9	0,1	4,1	4,9	2,8
Bulgária	16	2,1	2,2	8,1	3,6

Remunerações Reais  
2011-2014



## QUADRO 5

### Carga fiscal

Em percentagem do PIB\*

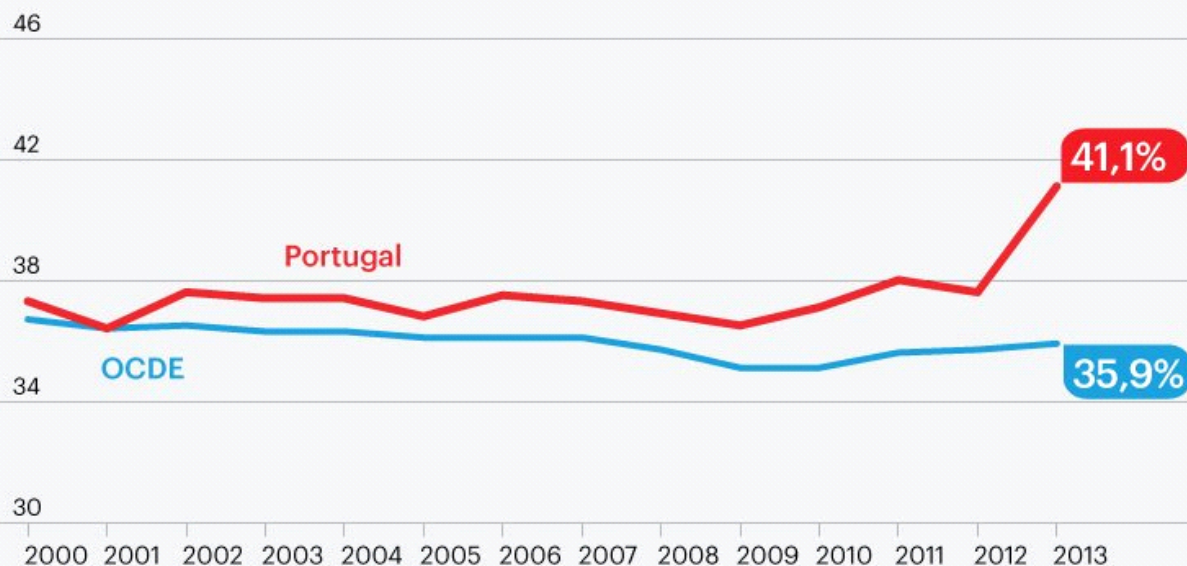
Bélgica	55,8
Alemanha	49,3
Áustria	49,1
Hungria	49,0
França	48,9
Itália	47,8
Finlândia	43,1
Suécia	42,9
Rep. Checa	42,4
Eslovénia	42,3
Grécia	41,6
<b>Portugal</b>	<b>41,1</b>
Eslováquia	41,1
Espanha	40,7
Estónia	39,9
Turquia	38,6
Dinamarca	38,2
Noruega	37,3
Luxemburgo	37,0
Holanda	36,9
OECD	<b>Média 35,9</b>

\* Países com percentagens abaixo da média da OCDE: Polónia, Islândia, Japão, Reino Unido, EUA, Canadá, Austrália, Irlanda, Suíça, Coreia do Sul, Israel, México, Nova Zelândia e Chile

Fonte: OCDE

### Na OCDE, a carga fiscal volta a aproximar-se dos 36%

Em percentagem do PIB



Fonte: OCDE

## QUADRO 6

Evolução do n.º de convenções e do n.º de trabalhadores

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
<b>Convenções colectivas</b>	296	251	230	170	85	94	55
<b>N.º trabalhadores</b>	1.894.846	1.397.225	1.407.066	1.236.919	327.622	242.676	60.874

NOTA: \* até Maio

FONTE: UGT/DGERT

